

Seminário Justiça começa na Infância: a Era dos Direitos Positivos

PROGRAMAÇÃO:

9h – Abertura

Ministro José Antônio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal

Ministro da Justiça, Torquato Jardim

Autoridades convidadas

Representantes das organizações subscritoras

10h30 às 12h

1. Os 30 anos do artigo 227 da Constituição Federal: avanços e desafios

Pergunta norteadora: Quais os avanços possibilitados pelo artigo 227 e quais os desafios ainda presentes para a implementação da regra da prioridade absoluta?

Sra. Florence Bauer, representante do Unicef no Brasil

Prof. Vital Didonet, fundador da Rede Nacional Primeira Infância

Sr. Pedro Hartung, coordenador do Programa Prioridade Absoluta do Instituto Alana

12h às 13h30

Almoço

13h30 às 14h50

2. Acesso à justiça e primeira infância: por um sistema de justiça sensível e amigável às crianças

Pergunta norteadora: Quais as transformações necessárias na formação dos estudantes e profissionais, nos processos e procedimentos e na infraestrutura do sistema de justiça para que ele seja mais acessível, sensível e amigável às crianças, especialmente aquelas na primeira infância?

Desembargador José Antônio Daltoé Cezar, presidente da Abraminj

Sr. Joel Gomes, presidente da Comissão Nacional de Defesa da Criança do Conselho Federal da OAB

Promotora de justiça Luisa de Marillac, membro do Proinfância

Dr. Adriano Leitinho, presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (a confirmar)

14h50 às 16h10

3. As mães em cárcere e suas crianças: o cumprimento do Marco Legal da Primeira Infância

Pergunta norteadora: Quais as medidas necessárias para a plena eficácia do Marco Legal da Primeira Infância no caso das mulheres e adolescentes em conflito com a lei grávidas ou com filhos menores de 12 anos de idade?

Ministro Nefi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça
Prof. Eloisa Machado de Almeida, doutora em Direitos Humanos pela USP
Sra. Mara Barreto, coordenadora-geral de Cidadania do DEPEN
Sra. Inajara Oliveira, coordenadora nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDH)

16h10 às 16h30

Coffee break

16h30 às 18h

4. Direito à convivência familiar e comunitária: avanços e desafios

Pergunta norteadora: quais as mudanças necessárias para que o cuidado alternativo de crianças, ou seja, quando não há possibilidade do cuidado parental, seja feito respeitando a necessidade de vínculo socioafetivo e familiar na primeira infância?

Maria do Carmo Brant, secretária nacional de Assistência Social (MDS) (a confirmar)
Claudia Vidigal, fundadora do Instituto Fazendo História
Juiz Hugo Zaher, do Tribunal de Justiça da Paraíba
Responsável pelo Cadastro Nacional de Adoção (CNA/CNJ)